



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

**Eixo temático: Serviço Social, relações de exploração/opressão e resistências de gênero,  
feminismos, raça/etnia, sexualidades**

**Sub-eixo: Antirracismo e Serviço Social**

**ETNOCONHECIMENTO: contribuições para a luta antirracista**

**PAULO SERGIO PEREIRA FILHO<sup>1</sup>  
ALZIRA MITZ BERNARDES GUARANY<sup>2</sup>**

### **Resumo**

O presente artigo é fruto de parte de uma pesquisa documental e visa apresentar o conceito de etnoconhecimento como estratégia de resistência na luta antirracista. Etnoconhecimento é o resultado da união dos saberes ancestrais das comunidades indígenas, e tem potencialidade para construir e fortalecer a resistência na luta contra a hierarquização de raças/etnias. Pretende mostrar como a base de conhecimento sólida produzida pelos diversos povos indígenas que habitavam o país antes da invasão em 1500 pode contribuir com essa luta, assim como evidenciar as populações indígenas como sujeitos fundamentais para a construção de um projeto antirracista.

**Palavras-chave:** Etnoconhecimento; Antirracismo; Relações étnico-raciais; Produção de conhecimento.

### **Abstract**

This article is the result of part of documentary research and aims to present the concept of ethnoknowledge as a resistance strategy in the anti-racist struggle. Ethnoknowledge is the result of the union of the ancestral knowledge of indigenous communities and has the potential to build and strengthen resistance in the fight against the hierarchization of races/ethnicities. It aims to show how the solid knowledge base produced by the various indigenous peoples who inhabited the country before the invasion in 1500 can contribute to this struggle, as well as highlighting indigenous populations as fundamental subjects for the construction of an anti-racist project.

**Keywords:** Ethnoknowledge; Anti-racism; Ethnic-racial relations; Knowledge production.

---

<sup>1</sup> Universidade Federal do Rio de Janeiro

<sup>2</sup> Universidade Federal do Rio de Janeiro

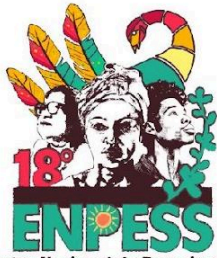
## Introdução

O presente trabalho tem como objetivo apresentar o etnoconhecimento como estratégia que pode fortalecer a luta antirracista. Chegamos a ele através de uma pesquisa documental realizada no desenvolvimento da dissertação que buscou destacar e analisar a participação e a contribuição política dos povos indígenas na Assembleia Nacional Constituinte. Ele é um conceito utilizado para se referir aos conhecimentos ancestrais produzidos pelas inúmeras comunidades indígenas autóctones, assim como diz respeito à potência que esses saberes têm e tiveram para, a despeito do etnogenocídio do qual os povos indígenas foram alvo, conservar por séculos um rico bioma e uma rica biodiversidade (Diegues e Arruda, 2001) presente no território hoje conhecido como Brasil. Riquezas e diversidades essas que encontram-se no bojo de disputas nacionais e internacionais para sua exploração. Contudo essa sólida base de conhecimentos produzida pelos povos originários, pode fortalecer as estratégias de resistência dos grupos subalternizados e oprimidos. Seu modelo de sociabilidade de base coletiva e participativa pode servir como alternativo à sociabilidade burguesa hegemônica, assim como seus valores e conhecimentos podem contribuir com a luta antirracista, pois o debate sobre o antirracismo consiste na construção de uma agenda pública de luta que garanta a universalização de direitos e do bem-viver a todos os grupos étnico-raciais. O projeto antirracista deve contemplar os setores econômico, político e social em uma sociabilidade lapidada pela equidade na divisão étnico-racial das relações de trabalho e território, por isso deve valorizar e abarcar os múltiplos saberes, as diversas epistemologias e inúmeras estratégias que derivam do plural composição étnica do Brasil.

No Brasil foram registradas 305<sup>1</sup> etnias (IBGE, 2010), as quais realizam a produção, transmissão e reprodução de saber em seus territórios, no seio de suas comunidades, defendem a terra e toda vida que habita nela como sendo um só ser (KRENAK, 2019). O projeto antirracista deve reconhecer as contribuições e a centralidade dos povos indígenas para a construção, expansão e avaliação de uma proposta humanista. A partir deste princípio, o etnoconhecimento se apresenta como horizonte, como alternativa ao saber “universal” que se impôs e contamina outras visões que não contemplam a diversidade que compõe o país.

---

<sup>1</sup> Até junho de 2024 não havia sido disponibilizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) os dados referentes sobre às etnias indígenas do Censo de 2022, por isso utilizamos os dados de 2010.



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

A branquitude brasileira forjou uma ideia errônea de que raça é sinônimo de racismo, e que racismo é sinônimo de negro (BENTO, 2022). Esta equação gera uma série de prejuízos e reforça discriminações sistemáticas a outros povos “não brancos” também oprimidos. De um lado naturaliza a negritude como uma identidade que remete necessariamente às mazelas sociais e ao lugar de inferioridade. De outro, não inclui no debate e extermina da realidade levada em questão a existência e a participação das populações indígenas em todos os processos referentes ao campo das relações étnico-raciais no Brasil. Por fim, esta ideia propositalmente retira os brancos do debate, como forma de impedir que qualquer questão relativa ao racismo e a racialização seja associada às pessoas brancas, de maneira que elas não sejam responsabilizadas e convocadas a assumir sua responsabilidade no processo de racialização.

No campo intelectual, de produção, reprodução e transmissão de conhecimento e saber na cultura, economia e na política, o domínio da branquitude decorre de um projeto societário hegemônico muito bem-sucedido em produzir a fragmentação da história e do pertencimento coletivo de indígenas e negros que se apoia, entre outros pontos, na hierarquização étnico-racial. Esse projeto produziu inúmeras rupturas, tanto materiais quanto na subjetividade, nos inúmeros povos originários ao longo de pouco mais de 500 anos. O próprio processo de aldeamento das populações indígenas no Brasil iniciou-se a partir da imposição da branquitude em deslocá-los para territórios em que eles pudessem trabalhar para os colonos invasores em troca de um pedaço de terra e comida.

No campo da subjetividade, a branquitude operacionalizou o racismo de forma tão brutal que novas identidade foram criadas para os pertencentes aos povos autóctones, com variações regionais diversas, para embranquecer a origem e o pertencimento de pessoas indígenas e negras, entre elas o moreno, o pardo, o caboclo e o café com leite.

O século XXI encontra um Brasil com os povos indígenas ainda sofrendo muitas perseguições, violências materiais e objetivas, mas também os localiza no Congresso, nas universidades, no poder executivo. Ocupando espaços que os brancos impuseram como válidos para decidir, produzir saberes, viver a vida moderna. Significa que há uma complexidade no bojo desta dinâmica, mas que os povos indígenas estão pautando na agenda dos brancos e dos não brancos seus pontos. Querem fazer valer sua voz, direitos, culturas, valores e saberes. Povos indígenas têm o direito de ter seus conhecimentos tradicionais reconhecidos, assim como tem direito de acessar outros saberes que estão concentrados em esferas como a universidade, a pesquisa ou a ciência. Existe uma dupla-relação que é naturalizar os sujeitos, conhecimentos e



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

sociabilidades que são sistematicamente discriminados (indígenas) e desnaturalizar os que estão historicamente estabelecidos e normalizados (branquitude) e esses pontos têm de estar contemplados pela agenda e pela luta antirracista. O etnoconhecimento é fundamental para essa luta, pois por séculos preservou a riqueza e a biodiversidade do território nacional e muito tem a contribuir.

### **A disputa dos projetos societários: Pindorama dos povos indígenas x Brasil da sociabilidade colono-capitalista**

A formação social brasileira é um campo complexo e fruto das relações sociais estabelecidas a partir de dinâmicas econômicas, políticas e étnicas a partir da invasão do território pelos navegadores europeus, assim como é marcada pelas disputas entre os povos que foram se enfrentando e disputando vidas e territórios ao longo da sua história. Oliveira (2018) aponta que os autóctones já contabilizaram, pelo menos, cerca de 2,5 milhões em Pindorama, como era chamado o Brasil pelos povos indígenas de língua tupi, terra das palmeiras. Hoje, de acordo com o censo do IBGE de 2022, a população indígena corresponde ao montante de 1,7 milhão de sujeitos (IBGE, 2022). dos que viviam Isto significa indicar que para garantir um projeto antirracista consistente e inclusivo, é necessário que ele se associe diretamente às demandas e lutas dos grupos étnico-raciais que aqui residem e sofrem os efeitos do projeto burguês societário e a sociabilidade burguesa, pautados na desigualdade, competição, individualismo e hierarquização dos seres. Deve incorporar demandas e saberes de todos: indígenas, negros, ribeirinhos, ciganos, quilombolas e brancos, e não repetir a mesma dinâmica excludente que hierarquiza seres e saberes. A consolidação de políticas antirracistas não pode incorrer na dinâmica racista de deixar algum grupo étnico à margem de suas produções e pautas.

Na esteira da formação social brasileira é importante destacar que no território nacional já existia uma lógica de organização social deste território que foi desqualificada e dizimada pelo processo de colonização. As nações indígenas realizavam a produção e reprodução de suas sociedades com os recursos, matérias originárias, mas principalmente, centradas na relação com a terra, e lutaram bravamente pela defesa do seu território e pelo bem-viver (ACOSTA, 2016) dos nativos, do meio ambiente e da fauna. Todavia, a sociabilidade trazida pelos invasores europeus estava pautada na subordinação de povos, na extração de riquezas das colônias em prol dos



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

colonizadores e seus países, aliançada a um projeto geopolítico internacional que proporcionou a consolidação do capitalismo e da burguesia nacional e internacional.

Conforme estabeleceu-se a colonização em território brasileiro, algumas práticas de domínio foram sendo inseridas em meio às sociedades nativas além das de extermínio direto ou por doenças. Essas práticas foram modificando a sociedade e a sociabilidade vigente com o objetivo de introduzir e sedimentar uma nova, pautada na hierarquização étnico-racial associada ao processo de exploração da força de trabalho das populações indígenas e africanas que foram trazidas em função das baixas produzidas nas populações originárias autóctones.

Os conhecimentos elaborados pelos povos indígenas ao longo dos séculos têm a dimensão da corporalidade como um elemento fundamental para o desenvolvimento de uma sociedade que não tenha no horizonte seu autoextermínio. A forma como executam suas atividades está relacionada ao conhecimento e ao respeito que foram ancestralmente adquirindo acerca dos ciclos da natureza em um país de dimensão continental, com uma diversidade de biomas que contempla diversos climas: secos, úmidos, tropicais. Um dos valores que pautam esses saberes é o reconhecimento que os corpos são conectados aos territórios em que estão inseridos, desta forma, o pensamento está vinculado ao processo de produção e reprodução social visando o bem-viver. Para tanto é importante e necessário que a sociedade esteja atenta não só às suas demandas, mas em como conseguir o que se precisa diante das questões geográficas, climáticas e biológicas dos territórios. É uma filosofia de vida e um conhecimento que pensa “[...] a relação com a natureza pela ótica do cuidado, pois reconhecem que a terra não constitui apenas recurso de exploração, para além disso, a vida de todos os habitantes do território está interligada ao quanto a terra está preservada.” (Pereira Filho, 2023). Sua cosmologia se pauta de um arcabouço de produções, de técnicas e de conhecimentos os indígenas desenvolvem coletivamente, a partir da sua relação com a natureza. (Pereira Filho e Guarany, 2023).

A ascensão e consolidação da sociedade moderna baseou-se em uma dinâmica social marcada pela expansão do capitalismo através da exterminação e domínio de outros povos não europeus e não brancos. O crescimento de Estados-Nação, a modernização da fábrica, estão interligados ao subdesenvolvimento dos países colonizados, tornados periféricos na geopolítica internacional, condição na qual o Brasil se encontra hoje.

De minha parte como integrante do povo guarani, afirmo que o Brasil não foi apenas invadido, mas inventado. Essa ideia de um Brasil, cuja língua e religião oficiais são a língua portuguesa e o cristianismo, respectivamente, não é senão uma invenção. Também o que se chama de cultura, “folclore”, música e culinária

brasileiras, em geral dizem de apagamentos afro e indígenas em nome de uma identidade nacional etnogenocida (LONGHINI, 2022, p.32).

Disseminando a ideia de que o movimento de colonização levou a “civilização” e o desenvolvimento aos territórios invadidos, o que se deu em verdade foi a extração e exploração dos povos e riquezas da terra através da acumulação primitiva, com o fito de fazer avançar o desenvolvimento das forças produtivas nos países colonizadores. Como forma de validar esse processo classificou-se como bárbaros, rudimentares e primitivos o conhecimento, os saberes, os valores, a cultura e a sociabilidade dos povos originários.

Pavimenta-se um cenário que excluiu, marginalizou e diminuiu a influência dos povos indígenas na formação social brasileira, inclusive da sua construção como do campo de cidadania. Quando já não se podia mais justificar as violências, o racismo foi sustentado por uma classe científica que endossava a eugenia, classificava os indígenas como seres primitivos que carregavam em seus corpos o atraso. Diziam que eram desprovidos de capacidade intelectual e técnica necessária para tornar uma nação desenvolvida.

A perseguição contra nossas línguas, costumes e modos de vidas tem sido, em grande parte, orientada pelo racismo religioso, que desde o princípio da colonização vem inspirando e sendo inspirado pelo projeto de conversão e catequização colonizadora. A ideia de Brasil vem justamente do objetivo de tornar esse território um local cuja língua oficial é a língua portuguesa; cuja religião oficial é o cristianismo; cujo modo de ser da população deve ser direcionado ao trabalho expropriado pelo capitalismo, ou seja, um grande sistema de monoculturas (da terra, da fé, da sexualidade, dos afetos) (LONGHINI, 2023, p.5).

Esse processo posto a nu, nos permite apontar as classificações étnico raciais como categorizações racistas, justamente por desqualificar os conhecimentos seculares dos povos que já habitavam toda extensão do continente americano, assim como a riqueza de suas culturas. Desqualificaram ainda os povos africanos que foram sequestrados das Áfricas e trazidos para cá para servir de mão de obra escrava. A ideologia do racismo foi a arma que ajuda a justificar o apagamento de suas histórias ancestrais, sua desqualificação enquanto humanos e sujeitos, e a dominação que deveria ser exercido sobre eles pelos brancos europeus (Moura, 2024). A hierarquia étnico racial da sociedade contemporânea, herdeira dessa lógica, defende ainda a ideia de associar indígenas ao passado, o que demonstra o objetivo de alimentar um imaginário social que trata as nações originárias, cerca de 305 etnias (IBGE, 2010), como sujeitos que foram exterminados durante a colonização e jamais se adaptariam à sociedade urbanizada e industrializada.



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

Esses povos existiram e resistiram. Suas múltiplas e ricas cosmologias originárias permitiram que essa terra se preservasse em toda sua abundância até ser invadida, mas ainda hoje seu etnoconhecimento contribui com a luta de sua preservação das riquezas que ainda restam. Contudo, na sociedade moderna brasileira segue vigente a ideia binária de raça, que dispensa o termo etnia, porque estabelece que a contemporaneidade é composta por brancos, como sendo o modelo de humanidade universal, e os negros, como sendo, os marginalizados, empobrecidos e que ocupam a desumanidade. Essa classificação e percepção mostra o que está implícito: que os povos nativos do Brasil, são descartados como sujeitos pelo campo político, social, econômico e da produção de conhecimento.

A sociedade moderna, fundamentada na lógica aristotélica dual, pautada na escravização, instaurou relações de binaridade para construir uma polarização de classes e justificar a superioridade de determinados grupos sobre outros. Esse processo ocorre nas relações de gênero: homens x mulheres; de orientação sexual: heterossexuais x homossexuais; de identidade racial: brancos x negros e de classes: burguesia x proletariado. Quijano (2005) aponta ainda outras dualidades:

[...] Oriente-Occidente, primitivo-civilizado, mágico/mítico- científico, irracional- racional, tradicional-moderno. Em suma, Europa e não-Europa. [...] os “índios” da América, [...] os “negros” da África. Estes eram simplesmente “primitivos”. Essa perspectiva binária, dualista, de conhecimento, peculiar ao eurocentrismo, impôs-se como mundialmente hegemônica no mesmo fluxo da expansão do domínio colonial da Europa sobre o mundo (QUIJANO, 2005, p. 11).

Além das dinâmicas de dominação explicitadas, uma problemática grave que é gerada neste processo é o extermínio discursivo e intelectual de determinados grupos que compõem historicamente a complexidade da sociedade, mas não são sequer considerados nessa polarização como os não binários, pessoas trans, bissexuais, lésbicas. No campo das relações étnico raciais, que é o que nos interessa no presente artigo, os indígenas, ciganos, quilombolas e demais grupos étnicos.

Uma vez que a história da humanidade e da modernidade é uma teia de relações sociais complexas e plural entre diversas nações e grupos étnicos, no campo da luta antirracista não há como pensar relações étnico-raciais em um campo reduzido. Mas a agenda binária da modernidade, através da ideia de que os grupos étnicos e não brancos são povos atrasados, permite que o projeto de desenvolvimento societário exclua grande parcela de sujeitos sociais,

assim como sua rica cultura e saberes, pois assim obstaculiza que o Estado incorpore e reconheça seus direitos e produza reparações históricas concretas.

O Brasil é um país situado na periferia do capitalismo, de característica dependente, significa que os países centrais do capital, enriqueceram e ainda enriquecem a partir do que é produzido pela força de trabalho nacional que ainda tem caráter agroexportador, e que é formada por populações indígenas e negras, entretanto nesse contexto os povos indígenas no Brasil, são tornados mitos, lendas e estrangeiros dentro do seu próprio território, o que prova como a articulação entre colonização-modernidade, colonialismo-capitalismo é promovida com Os muito definidos de qual espaço alocar à população indígena: no passado.

Cabe destacar que apesar dos esforços intensos em se apagar que a população indígena que foi escravizada e no contexto do capitalista é superexplorada. Sua força de trabalho foi subsumida pela dinâmica do desenvolvimento das forças capitalistas, a superexploração dos trabalhadores brasileiros está fundamentada justamente na hierarquização racista que foi bem estruturada em manter os negros como raça intelectualmente inferior, os indígenas apagados, como seres primitivos que não se adaptaram a modernidade, enquanto, na realidade, foram e ainda é justamente as comunidades indígenas, seus descendentes e territórios que continuam a ser explorados nas fazendas, no campo, no sertão (LONGHINI, 2023).

## **2.2 O etnoconhecimento como estratégia de resistência e a luta antirracista contemporânea**

O etnoconhecimento como conceito abarca as produções e saberes que são fomentados por populações originárias e encontram-se na gestão dos territórios, dos recursos naturais e das relações sociais da sua comunidade.

São o conhecimento da mulher e do homem e sua relação com o ciclo vital, o ciclo produtivo e reprodutivo. O conhecimento tradicional é o uso integrado de espaços como o rio, a floresta, as áreas de uso agrícola; diz respeito às línguas maternas, cultura, cosmovisão, modos de organização, utilização de remédios ancestrais, alimentação com produtos do meio ambiente, semeadura de produtos orientada pelo calendário solar e lunar, entre tantos outros. O conhecimento permite atuar com responsabilidade com a 'Pachamama' (Terra), são tecnologia e ciência, as quais não são e nem encontram-se estáticas. Os conhecimentos são adaptados e recriados de acordo com os tempos atuais e as diferentes interações com outras culturas. (ACEVES-BUENO, 2018, p. 34 apud STRACHULSKI et al, 2021, p.2)

No campo da produção de conhecimento moderna, etnoconhecimento e a gama de saberes originários necessitam ser reafirmadas como teorias, técnicas e metodologias que



possuem um percurso de construção vinculado a uma sociabilidade alternativa ao projeto hegemônico da sociedade moderna. Mas isto não significa dizer que são conhecimentos conflitantes ou divergentes, na verdade, são ideias e saberes interligados, a demanda da diferenciação parte de uma agenda política.

O racismo anti-indígena que cercou o território brasileiro em conjunto com a industrialização, urbanização e desenvolvimento nacional negou a riqueza e a possibilidade da transmissão e incorporação do etnoconhecimento. No contexto de instauração do capitalismo e todos os fenômenos econômicos que o acompanharam, os indígenas que foram absorvidos nas cidades, periferias, trabalho informal pelas dinâmicas do capital, também foram apagados, homogeneizados, embranquecidos.

O que o projeto nacional mais gostaria de negar é que o território originário, Brasil, pudesse ter em seu desenvolvimento de Estado Nação o protagonismo indígena e negro, ou de seus descendentes. Mas é justamente este fato que se concretiza materialmente, pois a mestiçagem produziu descendentes de múltiplos grupos étnico-raciais que atualmente predominam sobre a população branca, conforme mostra os dados do último censo produzido em 2022.

O etnoconhecimento tem as sociabilidades indígenas como base e referência. Aglutina saberes que a séculos estão à disposição de toda a sociedade e pode ser apropriado com respeito e incorporado com responsabilidade. Na mesma medida, o campo da ciência e da pesquisa “brancas” deveriam estar à disposição das demandas e da realidade vivida pelos povos indígenas. Todavia, essa lógica humanista e coletiva não se concretiza. Deveríamos, enquanto cidadãos preocupados com o futuro da nação brasileira, enquanto categoria que tem em seu Projeto Ético Político Profissional (PEPP) que defende o respeito à pluralidade (Netto, 1999), defender que não nos limitemos à produção de saber sobre a população indígena, mas principalmente, que lutemos para mobilizar o Estado, seus aparatos e a sociedade civil para que façam a defesa de preservação da terra, da natureza, dos bichos como se fazem em prol das necessidades modernas, que consigam se afastar da lógica mercantil de compra e venda e perceber que se não incorporamos valores e saberes produzidos pelos povos indígenas, daqui a pouco tempo não teremos o que comprar nem com o que comprar.

Na agenda que exige o reconhecimento de sujeitos não brancos, no bojo desta conjuntura que faz-se necessário aliar também o etnoconhecimento à luta antirracista, afinal, falar de antirracismo sem trazer a centralidade dos conflitos históricos que marcam os movimentos



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

indígenas, é corroborar com o que a branquitude faz historicamente, colocá-los a margem. Se compreendemos que o racismo é estrutural e articula-se à exploração produzida pelos modos de produção e dominação impostos pelo capitalismo e pelo patriarcado, é possível notar o processo de reconhecimento e positivação das identidades étnico-raciais, dificilmente, ocorrerá somente a partir de ideais e métricas meritocráticas, conciliadoras ou reformistas. Há que se ter uma mudança na estrutura social.

A agenda antirracista é uma agenda de radicalidade de luta (CARINE, 2023) e de afirmação de saberes. Desta forma, incorporar o etnoconhecimento no campo político, social, econômico é uma estratégia que potencializa a luta anticapitalista e as resistências aos ataques do projeto societário hegemônico. A educação popular é um instrumento, uma forma de conscientizar e educar a sociedade de que já se produzia e ainda hoje se produz conhecimento nesta terra por sujeitos não brancos, pelos povos que já habitavam nas terras brasileiros desde muito antes da primeira navegação europeia desembarcar e invadir a América.

Seus saberes ancestrais espraiam-se em várias direções e dimensões e podem agregar em várias áreas do conhecimento moderno. Da ecologia à medicina. Os indígenas Pykahu, nativos da região amazônica, enxergam nas ervas um valor de uso para prevenção e cura de doenças. A partir disto, entendem que é importante saber para que serve cada tipo de erva e como elas podem ser administradas. O manejo da raiz de açai, óleo de babaçu, gergelim preto, cipó-alho são testados e aplicados pelos nativos para a cura de pneumonia, pressão alta, derrame, machucados, dentre outras enfermidades. Sendo assim, a operacionalização dos recursos pelos indígenas adquire fins medicinais que realizam a promoção da saúde em seus territórios.

[...] os Pykahu Parintintin utilizam tanto plantas nativas (da floresta), como cultivadas e naturalizadas (do quintal). Aquelas da floresta fazem parte de sua cultura tradicional, já as de quintal são o resultado dos processos de trocas culturais com a sociedade não indígena, pois não havia antes do contato (STRACHULSKI et al, 2021, p. 10).

Para os povos Pykahu, as enfermidades estão interligadas ao desequilíbrio energético de um sujeito, de forma, que há todo um protocolo que os enfermos são recomendados a seguir para cuidar da sua espiritualidade, estando em profundo contato com a natureza para que a medicina realizada possa ter um resultado plenamente eficaz. Assim, evidencia-se que a concepção de saúde deste grupo revela que o etnoconhecimento associa-se ao bem-estar como uma dimensão que perpassa o bem-viver de todo um conjunto de vida (natureza).

O que os não-indígenas podem compreender como mitos, crenças ou simpatias, são na realidade, um conjunto de saberes medicinais desenvolvidos e bem-sucedidos na realidade das comunidades Pykahu (STRACHULSKI ET AL, 2021).

Os saberes são partilhados entre as comunidades indígenas, que por valorizarem a percepção de coletividade, expandem o que produzem, inclusive conhecimento, com outros grupos étnicos, da mesma forma que expandem para a sua relação com os não-indígenas. A sua sociabilidade é baseada na partilha e na coletividade. Inclusive o intercâmbio de conhecimento que povos indígenas realizam com distintos grupos sociais é uma estratégia de ensino e aprendizagem com vistas à resistência, consolidação e expansão dos saberes, no qual o saber adquirido nos momentos de troca é acolhido, registrado e incorporado para ser utilizado na sua comunidade conforme for necessário.

A importância do etnoconhecimento expressa o saber produzido por um coletivo com vistas à coletividade, seu bem-estar e sua preservação enquanto povo. Todavia, na sociabilidade burguesa moderna, a produção de conhecimento pautada pela classe dominante está calcada na ideia de endossar a individualidade, o mérito e na construção de figuras intelectuais que sejam tratadas como heróis e gênios. Este padrão de produtividade é justamente para tornar as dimensões do bem-viver coletivas inacessíveis, assim como justificar a razão da existência de certos privilégios na ocupação de determinados lugares e espaços, na exclusividade deles. Justificam pelo talento excepcional de cada indivíduo e não devido a processos de dominação que produzem desigualdades (ACOSTA, 2016).

Em contrapartida, o etnoconhecimento estabelece os saberes dos povos e são executados para produzir resultados que sejam benéficos para todos das comunidades, assim como para a terra e para o meio ambiente. O etnoconhecimento está ancorado na ideia de bem-viver, pensando que as interações, conhecimentos e relações sociais são interdependentes. De forma que as mazelas que atravessam sujeitos de um coletivo, vão causar impactos negativos em todos do grupo e por isso devem ser evitados por todos que compõe a coletividade.

Assim, o etnoconhecimento possui a cosmopercepção de que é preciso que os sujeitos tenham acesso à terra, à comida, aos recursos e instrumentos para que possam, por conseguinte, ter acesso a uma vida digna. Os saberes dos povos indígenas são sólidos e qualificados o suficiente para garantir condições de vida e trabalhos mais dignos do que aqueles produzidos pelas ditas “nações desenvolvidas”, que forjam uma falsa ideia de democracia, liberdade com

plena consciência de que esta democracia e essa liberdade não são viabilizadas nem acessíveis para todos (STRACHULSKI ET AL, 2021).

Logo, uma agenda de luta antirracista, que luta pela igualdade entre as pessoas, ao contemplar o etnoconhecimento, concomitantemente aos outros saberes ancestrais, se instrumentaliza como uma forma de combater o etnogenocídio. O resgate de saberes, culturas e cosmogonias indígenas aponta para a construção de uma agenda antirracista que tenha entre suas pautas também a demarcação de terras e reforma agrária como uma de suas principais lutas. Afinal, em um país com as especificidades do Brasil em termos de produção de matéria prima, a nossa economia e produção de riquezas está centrada justamente nesta questão: as terras.

O desenvolvimento forjado da modernidade hipervaloriza a produção tecnológica, burocrática e a escrita a partir de uma relação de poder, em que os políticos e intelectuais a partir do status que ocupam podem determinar quais projetos/conhecimentos/demandas são legítimas e devem ter atenção do Estado e da sociedade (KRENAK, 2019). O etnoconhecimento preserva a oralidade como forma de transmissão de conhecimento, de forma que o saber esteja constantemente em movimento, ao alcance dos que estão ao redor da comunidade. As referências das comunidades são os/as mais velhos/as, aqueles que conservam as memórias das cosmogonias indígenas de cada comunidade. Isto demonstra que para os povos indígenas, o conhecimento é algo que se reatualiza por isto os/as mais velhos/as são fundamentais, pois eles e elas já vivenciaram as diversas camadas e transformações da sua comunidade. A tradição oral e o respeito aos mais velhos são conhecimentos e valores que são minimizados pela sociedade moderna.

Os moldes da sociedade contemporânea estabelecem formas complexas de implementação e reconhecimento de direitos com o intuito de obter controle social sobre os sujeitos e grupos sociais. Assim, as formas de controle social são tangenciadas pelo capitalismo, pelo racismo, pelo patriarcado, pela cisheteronormatividade, de forma que torna-se restrito às possibilidades de construir e compartilhar saberes em relações sociais de forma horizontal. Sendo assim, a produção de conhecimento científico tem o seu patamar de importância consolidado para esta sociedade, a partir da discriminação dos grupos e classes populares do acesso e participação nesta dimensão da vida social.



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

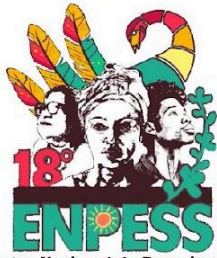
Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

## Conclusão

O processo de exclusão que a classe branca e burguesa, respaldada pelo Estado brasileiro, desempenha sobre os povos indígenas durante a construção da República em verdade reflete os interesses colono-capitalistas em manter os povos indígenas sob sua tutela e disposição para que eles trabalhassem submetidos primeiro aos colonos e agora ao latifundiário em troca de um pedaço de terra e comida. O racismo e o etnogenocídio que manifesta-se aqui é justamente do fato de que o território em que os colonos invadiram e vieram a ocupar já possuíam seus habitantes, com sua cultura, valores, saberes e sociabilidade ancestrais. Graças a eles esse território foi preservado por séculos, contudo desde a chegada dos brancos colonizadores vem sendo desmontado. Começou pela invasão dos povos europeus que estavam focados em trazer a sua “civilização” pautada em violência, na exploração, extração e na acumulação de riquezas que não produziam ou não possuíam meios de gerar em suas terras.

Importante frisar que a luta dos povos indígenas pela terra, pela defesa dos seus territórios originários, traz implícita, principalmente, a disputa de projetos societários conflitantes: um pautado no bem-viver coletivo e outro na submissão de grupos sociais. O antirracismo deve perpassar essa luta por projetos societários opostos e inconciliáveis, e se posicionar a favor da equidade, da pluralidade e dos direitos de todos os povos e de que todas as comunidades étnico-raciais gozem das mesmas condições e recursos de forma justa.

Contudo é importante que se aponte que no bojo das expectativas de projetos de sociedade que superem o capitalismo, a intelectualidade branca ou por ela contaminada ignora uma realidade pujante: as sociedades indígenas e quilombolas com suas sociabilidades já são uma alternativa secular ao modo de produção pautada no esgotamento da força de trabalhos de grupos subalternizados em prol da produção de riquezas. Já houve na história do Brasil uma experiência concreta: uma comunidade localizada em terras férteis, com oferta abundante de caça e madeira, formada por negros libertos e fugidos, indígenas, mestiços e brancos. Cultivavam “[...] frutas, vegetais medicinais, óleo de palmeira, fibras de vários tipos, frutos como jaca, manga, laranja, fruta-pão, coco, abacate, laranja-cravo, café e outras, nativas, que serviam para sua alimentação [...]” (MOURA, 2019, p. 202), assim como mandioca, batata doce, feijão, cana e banana. O trabalho era coletivo e comunitário, pautado nas possibilidades e necessidades de todos. Confeccionavam ainda seus próprios utensílios como “[...] cestos, pilões, tecidos, potes de argila, vasilhas [...] facas, flechas e outros instrumentos venatórios e de guerra” (Moura, 2019, p.



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

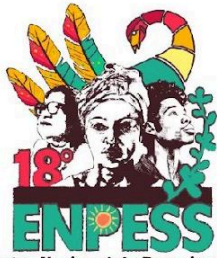
202). As sobras das produções eram trocadas por algo que estivessem necessitando e não produzissem com as pessoas que habitavam nas vizinhanças em sítios e/ou pequenos produtores (Moura, 2019). Essa experiência durou 100 anos e chamada por Moura (2019) de República Palmarina.

Nas montanhas da Serra da Barriga, no estado de Alagoas se materializou uma outra possibilidade de existência, produção e relações sociais levada a cabo por negros e indígenas. O que prova que os esforços em estipular indígenas somente como ultrapassados e negros como incapazes é uma premissa do capitalismo para mantê-los apagados, com participação política restrita e como sujeitos à margem da sociedade, pois a resistência destes povos carrega em seu seio, respostas de como estabelecer relações sociais pautadas no bem-viver, com seu etnoconhecimento e cosmologias ancestrais.

Afinal, uma sociedade que socializa conhecimento é uma sociedade que detém consciência sobre sua condição, seu lugar, sobre a estrutura e que as suas lutas de forma coletiva podem modificar todo o cenário social vivenciado. Indica-se que é uma sociedade disposta a romper com processos de diferenciação, exploração e desigualdades que são a base do projeto de modernidade nacional. O que explica porque na contemporaneidade, ocorre um processo de retomada expressivo de “descendentes” de indígenas buscando o resgate do pertencimento étnico que há muitos foi retirado.

## Referências

- Aceves-Bueno, J.S.; *et al.* Saberes de mar y tierra en Baja California sur, México. *In:* Barrera-Bassols, N.; Floriani, N. (Coords.). **Saberes locais, paisajes y territorios rurales en América Latina**. Popayán: Universidad del Cauca, 2017. P.27-51.
- ACOSTA, Alberto. **O bem viver**: uma oportunidade para imaginar outros mundos. São Paulo: Autonomia Literária, Elefante, 2016.
- CARINE, BÁRBARA. **Como ser um educador antirracista**. Planeta. 4ª edição. 2023.
- DIEGUES, A.C.; ARRUDA, R. **Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente. São Paulo: USP, 2001.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Brasileiro de 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Brasileiro de 2022**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.

JUSTEN, Agatha et al. **Reprimarização, política pública do trabalho e superexploração no Brasil**: revisitando Ruy Mauro Marini. Espaço temático: Imperialismo, Revolução e Contrarrevolução na América Latina. R. Katál., Florianópolis, v.26, n. 3, p. 405-415, set/dez. 2023.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

LONGHINI, Geni D. N. **Nhande ayvu é da cor da terra**: perspectivas indígenas guarani sobre etnogenocídio, raça, etnia e branquitude. 2022. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de Santa Catarina, Santa Catarina, 2022.

LONGHINI, G. D. N. Perspectivas indígenas antirracistas sobre o etnogenocídio: contribuições para o reflorestamento do imaginário. **Psicologia & Sociedade**, v. 35, p. e277101, 2023.

MOURA, Clóvis. **Sociologia do negro brasileiro**. São Paulo: Perspectiva, 2019.

NETTO, José Paulo. **A construção do projeto ético-político do Serviço Social frente à crise contemporânea**. In: CFESS, Abepss, CEAD-UnB, 1999.

OLIVEIRA, Francisco de. **Brasil: uma biografia não autorizada**. São Paulo: Ed. Boitempo, 2018.

PEREIRA FILHO, Paulo. **A atuação e contribuição dos movimentos indígenas no processo de redemocratização brasileira**: uma análise da Assembleia Nacional Constituinte. Dissertação; Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFRJ; RJ: 2023.

PEREIRA FILHO, Paulo e GUARANY, Alzira M. B. **O protagonismo do movimento indígena no processo de construção de direitos sociais**. In Jornada Internacional de Políticas Públicas – JOINPP, XI, 2023, Maranhão. Anais do XI JOINPP. Maranhão: UFMA.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina**. En: A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas Latinoamericanas. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales. 2005.

STRACHULSKI, Juliano et al. **O etnoconhecimento do povo Pykahu (Parintintin): a utilização de plantas e outros meios no processo de restabelecimento da saúde**. Revista Franco-Brasileira de Geografia, Confins. ° 52. 2021.